

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.343 - SP (2019/0355653-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **ORLANDO MACHADO DA SILVA JUNIOR**
ADVOGADO : **ORLANDO MACHADO DA SILVA JUNIOR - SP0155360**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **ALEF RIBEIRO DE SOUZA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALEF RIBEIRO DE SOUZA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Criminal n. 1500264-26.2018.8.26.0417.

Depreende-se dos autos que o Juízo da 2ª Vara da Comarca de Paraguaçu Paulista/SP condenou o paciente, pela prática da do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 6 anos e 3 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, sendo-lhe denegado o direito de recorrer em liberdade (e-STJ fls. 186/190).

Irresignada, a defesa interpôs o recurso de Apelação Criminal perante a Corte local, postulando a desclassificação da conduta para o crime de posse de drogas para consumo próprio e, subsidiariamente, a redução da reprimenda.

Em sessão de julgamento realizada no dia 5/9/2019, a Décima Câmara Criminal do TJSP deu parcial provimento ao apelo defensivo para reduzir a reprimenda do ora paciente para 5 anos e 10 meses de reclusão, e multa, mantida, no mais, a sentença condenatória.

O acórdão restou assim ementado (e-STJ fl. 334):

Apelação Criminal - TRÁFICO DE ENTORPECENTE. Conjunto probatório que inviabiliza o reconhecimento da tese de absolvição. Depoimentos de policiais. Necessidade de prestigiar o testemunho do agente público, mormente quando não há razão para infirmá-lo - Desclassificação. Impossibilidade. Droga que se destinava ao tráfico.

Superior Tribunal de Justiça

Circunstâncias da prisão - Reprimenda. Redução. Menor fração de aumento pela reincidência - Apelo parcialmente provido.

No presente *habeas corpus*, o impetrante postula a nulidade do acórdão proferido em sede de Apelação, ao argumento da não intimação pessoal do então advogado dativo, Dr. Thiago Henrique Rapanha (OAB/SP n. 298.659), que atuava em defesa do paciente, para a sessão de julgamento, o que impediu a realização de sustentação oral perante o Colegiado paulista.

Pugna, liminarmente, pela suspensão dos efeitos do acórdão ora impugnado, ordenando-se a imediata expedição de alvará de soltura em favor do paciente. No mérito, seja concedida a ordem para declarar a nulidade do julgamento da Apelação Criminal n. 1500264-26.2018.8.26.0417.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, que se confunde com o próprio mérito.

É cediço que o conhecimento do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar de maneira inequívoca a pretensão deduzida e a existência do evidente constrangimento ilegal, o que não foi observado na hipótese.

Ademais, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, em especial após a vinda das informações prestadas pela autoridade coatora, a fim de se aferir a existência de eventual constrangimento ilegal.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal impetrado acerca do alegado na presente impetração, em especial se o advogado dativo do ora paciente foi intimado pessoalmente acerca da sessão de julgamento da Apelação, devendo ser remetida a senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, se for o caso, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator